

Duarte Silveira

De: Bruno Ribeiro Tavares <Bruno.RibeiroTavares@ar.parlamento.pt>
Enviado: 5 de fevereiro de 2016 18:55
Para: Assuntos Parlamentares
Cc: Iniciativa legislativa; Comissão 5ª - COFMA XIII
Assunto: Propostas de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) e n.º 12/XIII/1.ª (GOV)
Anexos: Súmula n.º 13.pdf

Importância: Alta

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Encarrega-me a Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dra. Maria José Ribeiro, de, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 142.º do Regimento da Assembleia da República, enviar as hiperligações das iniciativas infra, para emissão de **parecer urgente**, nos termos da Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, e do n.º 4 do artigo 118.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores:

Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV)

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=40060>

Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV)

Aprova o Orçamento do Estado para 2016

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=40061>

Tendo presente o calendário orçamental aprovado pela Conferência de Líderes da Assembleia da República, na sua reunião de 27 de janeiro [o qual se remete em anexo (vide páginas 15-17)], solicita-se a V. Exa que nesta consulta se possa observar a redução do prazo legalmente previsto e, em conformidade, essa Assembleia Legislativa se pronuncie até ao próximo dia 21 de fevereiro.

Certo do bom acolhimento do presente email, apresento os meus melhores cumprimentos,

Bruno Ribeiro Tavares

Assessor do Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa
T. + 351 213 919 267

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 389	Proc. n.º 02-08
Data: 06/02/08	N.º 226/X



CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

XIII Legislatura	Reunião n.º 013
1.ª Sessão Legislativa	Data: 2016.01.27
2015/2016	Hora: 11:00 — 12:00

MESA DA AR	
Presidente	Eduardo Ferro Rodrigues
Vice-Presidentes	José de Matos Correia
	Jorge Lacão
Secretários	Duarte Pacheco
	Idália Serrão
GOVERNO	
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares	Pedro Nuno Santos
GRUPOS PARLAMENTARES	
PSD	Luís Montenegro
	Hugo Lopes Soares
PS	Carlos César
	Pedro Delgado Alves
BE	Pedro Filipe Soares
CDS-PP	Nuno Magalhães
	Telmo Correia
PCP	João Oliveira
PEV	Heloísa Apolónia
PAN	André Silva
Direção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado: Cláudia Ribeiro. Divisão de Apoio ao Plenário: Ana Paula Bernardo.	



1. Agendamentos:

O Secretário da Mesa, Deputado Duarte Pacheco, deu conta dos pedidos de arrastamento efetuados pelos vários Grupos Parlamentares e que têm influência na agenda das próximas sessões plenárias.

Relativamente à devolução à AR, sem promulgação, pelo Presidente da República, nos termos do artigo 136.º da Constituição, dos Decretos n.º 6/2015 (Revogação das Leis n.ºs 134/2015, de 7 de setembro, relativa ao pagamento de taxas moderadoras na interrupção voluntária da gravidez, e 136/2015, de 7 de setembro) e n.º 7/2015 (Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares), foi deliberado efetuar a leitura das respetivas mensagens na sessão plenária desse mesmo dia, sem tempos.

Quanto à reapreciação dos Decretos objeto de veto, a mesma foi agendada para o dia 10 de fevereiro.

O Grupo Parlamentar do BE expressou o seu entendimento no sentido de que, caso existisse consenso dos GP, não seria necessário aguardar pelo décimo quinto dia posterior ao da receção da mensagem fundamentada, para efetuar a reapreciação. Tratando-se de uma regra regimental e não constitucional, essa restrição poderia ser ultrapassada. Porém, intuindo a não existência de consenso, não valeria a pena aprofundar esta interpretação.

O Secretário da Mesa, Deputado Duarte Pacheco, explicitou os termos em que tinha sido preparado o calendário de apreciação e discussão do OE, submetido à apreciação da Conferência e já previamente articulado com o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP).

Disse que existiam vários constrangimentos que tinham implicado uma compressão de alguns prazos. A realização de jornadas parlamentares do PS, e os Conselhos Europeus de 18 e 19 de fevereiro e 17 e 18 de março. As audições com os dezassete Ministros e restantes entidades ouvidas em sede de OE teriam que ocorrer num prazo muito curto, o que obrigaria a um esforço redobrado das comissões. Tinha sido ainda necessário acautelar um prazo mínimo para os Serviços prepararem o guião.



O projeto de calendário foi aprovado, tendo o Líder do PCP considerado que, embora compreenda a excecionalidade da situação, em próximos calendários do OE deve ser acautelada a existência de prazos mais adequados, quer para os GP e Comissões apreciarem as propostas e fazerem a análise dos guiões com profundidade, quer para os próprios Serviços da AR elaborarem os guiões, visto que lhes era solicitado um esforço acrescido de trabalho durante todo o fim de semana (**Anexo I**).

2. Outros Assuntos:

Relativamente ao calendário das audições com membros do Governo em Comissão, fixado ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do RAR, o PAR lembrou que o mesmo deve ser aprovado pela Conferência. Pediu a atenção de todos para o quadro distribuído na CL, contendo a proposta de audições do Governo, detalhando as já aceites pelas comissões e as contrapropostas apresentadas.

O PAR solicitou ao SEAP que o Governo complemente as informações em falta. Disse que, a pedido da 1.ª Comissão, tinha sido acrescentada à lista dos membros do Governo a ouvir naquela comissão a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, faltando indicar as datas desta audição.

Falta ainda o Governo confirmar se aceita a proposta da 10.ª Comissão (Trabalho e Segurança Social) para ouvir o Ministro das Finanças e indicar a sua proposta de audições para o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas na 11.ª Comissão (Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação).

O SEAP referiu que, em relação ao pedido da 11.ª Comissão seria difícil assegurar que o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas realizasse 4 audições nessa comissão, visto que teria que vir à 6.ª Comissão para debater a matéria dos transportes que cabe nas suas competências. A 11.ª Comissão tem apenas nas suas competências a matéria dos transportes urbanos e estas são tuteladas pelo Ministro do Ambiente que já iria à 11.ª Comissão.



Foi sugerido que a 6.^a e a 11.^a Comissões articulem entre si esta matéria e que seja efetuada uma proposta em consonância.

Relativamente aos votos para apreciação e votação em plenário, e na sequência do debate já realizado em anterior Conferência, o Líder do PS apresentou uma proposta para regular esta matéria, dando cumprimento ao disposto no artigo 75.º do RAR e assegurando a adoção de regras quanto à entrega, distribuição e dimensão dos votos.

Foi deliberado que, a fim de que os Votos possam ser discutidos e apreciados no período regimental da semana em que são apresentados, devem os mesmos serem submetidos até ao final da quarta-feira dessa mesma semana, garantindo-se, assim, a sua distribuição no dia seguinte.

No caso de voto de pesar, este procedimento pode ser excecionado se o adiamento da sua apreciação e votação suscitar um prejuízo institucional grave para a Assembleia da República e houver consenso dos GP.

Foi ainda acordado que os votos devem ter uma dimensão adequada de modo a permitir a sua leitura integral pela Mesa antes da votação.

Quanto à criação do elenco de Grupos Parlamentares de Amizade (GPA), o PAR explicou que, em resultado do parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas sobre a primeira proposta de Projeto de Deliberação, tinham sido acolhidas as sugestões feitas pela Comissão. Assim, apresentou o novo anteprojeto de deliberação para validação pela CL e apresentação e votação em plenário na próxima sexta-feira, a fim de criar o elenco de GPA para a atual legislatura.

Explicou que tinham sido eliminados os 6 GPA Regionais que haviam sido propostos na 1.^a versão do projeto de deliberação, agora substituídos pela recriação de 14 GPA Bilaterais, aos quais se juntam 5 novos GPA propostos pela Comissão, a saber: Grécia, Suíça, Irão, Egipto e Colômbia. Tinham sido também consideradas as várias manifestações de interesse que chegaram ao gabinete do PAR, para o reforço de relações de cooperação institucional com outros parlamentos, nomeadamente com o Paquistão, bem como a necessidade de aprofundar as especiais relações que têm vindo a manter-se com parlamentos de países amigos (Bulgária e Irlanda).



O Líder do BE reiterou a sua discordância com a criação do GPA Portugal-Arábia Saudita.

Por sua vez, o Líder do PCP explicou que dá o seu acordo ao projeto de deliberação apesar de discordar da existência de alguns GPA, mas essa discordância será expressa na não indicação de membros do PCP para esses GPA.

Quanto às eleições para Órgãos Externos, foi distribuído a todos os Líderes um quadro atualizado com o ponto de situação relativamente à marcação das Eleições para as Entidades Independentes. O PAR lembrou que a CL acordara realizar algumas eleições no dia 12 de fevereiro (devendo os candidatos ser apresentados até dia 5). Pediu aos GP que indiquem rapidamente quais as eleições que será possível realizar, até para informar as comissões que terão que integrar nos seus trabalhos as audições dos candidatos.

O Líder do PSD recordou que a Assembleia Parlamentar da CPLP comemora 20 anos de existência em 2016 e sugeriu que fosse organizada uma sessão solene, eventualmente no mês de junho, para comemorar essa data.

Por último, o Líder do PSD referiu que, tendo presente a aprovação, na sessão plenária do dia 22 de janeiro de 2016, da comissão parlamentar de inquérito ao processo que conduziu à venda e resolução do BANIF, caberia agora ao PAR constituir e dar posse à mesma Comissão.

Foi deliberado que os GP deveriam indicar ao PAR, até sexta-feira, os seus membros na Comissão e a posse da comissão terá lugar no próximo dia 3 de fevereiro, pelas 14h30 horas.

Tendo em conta que a Presidência da Comissão pertencerá ao Grupo Parlamentar do PCP, e na sequência da solicitação por este GP para ter mais um suplente relativamente à regra vigente em matéria de CPI, foi deliberado aumentar também o número de suplentes dos restantes GP, na sequência de intervenções dos restantes GP. Foi considerado que a regra imperativa dos 17 membros abrange apenas os efetivos, sendo que os suplentes não têm direito de voto.



Assim, a Comissão será composta por:

- GP PSD — 7 deputados efetivos e 3 suplentes;
- GP PS — 7 deputados efetivos e 3 suplentes;
- GP BE — 1 deputado efetivo e 2 suplentes;
- GP CDS — 1 deputado efetivo e 2 suplentes;
- GP PCP — 1 deputado efetivo e 2 suplentes.

REUNIÃO PLENÁRIA-2016.01.27 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Leitura das mensagens do Presidente da República sobre a devolução sem promulgação dos Decretos n.ºs 6 e 7/XIII.

Debate temático requerido pelo GP do PS, ao abrigo do artigo 73.º do RAR sobre «Política de saúde».

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2016.01.28 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Projeto de Lei n.º 107/XIII/1.ª (CDS-PP): — 8.ª Alteração à Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro «Atualização do valor da pensão mínima, pensão social e pensão rural ao nível da inflação».

Projeto de Lei n.º 112/XIII/1.ª (PSD): — Procede à oitava alteração à Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, que «Cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de atualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social».

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 58/XIII/1.ª (PCP): — Recomenda ao Governo a realização da identificação das consequências dos cortes no Serviço Nacional de Saúde.



Projeto de Resolução n.º 64/XIII/1.ª (BE): — Levantamento de necessidades no SNS e intervenção urgente em serviços com falhas graves ou em situação de potencial rutura.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 47/XIII/1.ª (BE): — Alunos do ensino artístico prejudicados no acesso ao ensino superior sem justificação pedagógica ou curricular.

Projeto de Resolução n.º 107/XIII/1.ª (PCP): — Pela valorização da avaliação contínua no processo pedagógico e no regime de acesso ao ensino superior, pela não discriminação dos alunos do ensino artístico especializado.

Projeto de Resolução n.º 112/XIII/1.ª (PS): — Recomenda ao Governo que avalie o modelo de acesso ao ensino superior pelos alunos do ensino artístico especializado, de forma a garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 79/XIII/1.ª (PCP): — Manutenção do Hospital do Fundão sob gestão pública.

Projeto de Lei n.º 85/XIII/1.ª (PCP): — Reversão do Hospital Conde de São Bento - Santo Tirso para o Ministério da Saúde.

Projeto de Lei n.º 78/XIII/1.ª (PCP): — Reversão do Hospital Distrital de São João da Madeira para o Ministério da Saúde.

Petição n.º 508/XII/4.ª (Ricardo da Silva Pinto e outros): — Solicitam a reabertura do serviço de urgência do Hospital de S. João da Madeira e a sua continuidade no Serviço Nacional de Saúde, sob administração do



Estado.

Projeto de Resolução n.º 92/XIII/1.ª (BE): — Recomenda ao governo a manutenção da gestão pública do Hospital do Fundão, bem como o necessário investimento no mesmo.

Projeto de Resolução n.º 94/XIII/1.ª (BE): — Recomenda ao governo a manutenção da gestão pública do hospital de Santo Tirso, assim como o necessário investimento no mesmo.

Projeto de Resolução n.º 95/XIII/1.ª (BE): — Recomenda ao Governo a manutenção da gestão pública do Hospital de S. João da Madeira, assim como o necessário investimento no mesmo.

Projeto de Resolução n.º 103/XIII/1.ª (PS): — Pela manutenção do Hospital do Fundão (parte integrante do CHCB) no Serviço Nacional de Saúde.

Projeto de Resolução n.º 108/XIII/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo a manutenção do processo de devolução de Hospitais às Misericórdias.

Projeto de Resolução n.º 109/XIII/1.ª (PEV): — Por uma gestão pública e ao serviço das populações do Hospital de Santo Tirso e pelo necessário melhoramento em meios humanos e materiais.

Projeto de Resolução n.º 110/XIII/1.ª (PEV): — Por uma gestão pública e ao serviço das populações do Hospital de São João da Madeira e pelo necessário melhoramento em meios humanos e materiais.

Projeto de Lei n.º 113/XIII/1.ª (CDS-PP): — Manutenção do processo de devolução dos Hospitais às Misericórdias.

Tempos: Grelha D.



REUNIÃO PLENÁRIA-2016.01.29 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea a), do n.º 2 do artigo 224.º do RAR.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais no final debate.

REUNIÃO PLENÁRIA-2016.02.03 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Declarações políticas.

Petição n.º 546/XII/4.ª (SIPE - Sindicato Independente de Professores e Educadores): — Graduação Profissional como único critério de seleção e abertura urgente de lugares de quadro de agrupamento.

Tempos: 3 minutos a cada GP.

REUNIÃO PLENÁRIA-2016.02.04 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Projeto de Resolução n.º 73/XIII/1.ª (PSD): — Visa a criação de um conjunto de apoios financeiros nacionais e comunitários, incentivos fiscais e no âmbito da segurança social aos produtores de alheiras.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 110/XIII/1.ª (PS): — Promove a constituição de uma comissão administrativa para regularização das dívidas da extinta Casa do Douro e da situação dos seus trabalhadores.

Projeto de Lei n.º 57/XIII/1.ª (PCP): — Altera o Decreto-lei n.º 152/2014, de 15 de outubro, relativo à Casa do Douro.



Projeto de Lei n.º /XIII/1.ª (BE): — Sobre a mesma matéria.

Tempos: Grelha D.

Apreciação Parlamentar n.º 9/XIII/1.ª (BE): — Decreto-Lei n.º 165/2015 de 17 de agosto que procede à regulamentação da Lei dos Baldios, aprovada pela Lei n.º 68/93 de 4 de setembro, alterada pela Lei n.º 89/97 de 30 de julho e pela Lei n.º 72/2014 de 2 de setembro.

Apreciação Parlamentar n.º 3/XIII/1.ª (PCP): — Decreto-Lei n.º 165/2015, de 17 de agosto - Procede à regulamentação da Lei dos Baldios.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 108/XIII/1.ª (PCP): — Suspende a aplicação do Regime do Arrendamento Apoiado (Lei n.º 81/2014, de 19 de setembro).

Projeto de Resolução n.º ../XIII/1.ª (PS): — Sobre a mesma matéria.

Projeto de Resolução n.º ../XIII/1.ª (BE): — Sobre a mesma matéria.

Projeto de Resolução n.º ../XIII/1.ª (PSD): — Sobre a mesma matéria.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 91/XIII/1.ª (CDS-PP): — Primeira alteração à Lei n.º 15/2014 de 21 de março, «Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde».

Projeto de Lei n.º 95/XIII/1.ª (PSD): — Procede à primeira alteração à Lei n.º 15/2014, de 21 de março, «Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde».

Projeto de Lei n.º ../XIII/1.ª (PS): — Sobre a mesma matéria.

Tempos: Grelha D.



REUNIÃO PLENÁRIA-2016.02.05 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Projeto de Lei n.º 15/XIII/1.ª (PEV): — Estabelece o princípio da não privatização do setor da água, através da alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (que Aprova a Lei da Água), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março e pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º /XIII/1.ª (PS): — Sobre «Publicidade aos produtos alimentares para jovens».

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 21/XIII/1.ª (BE): — Recomenda ao Governo medidas sobre praxes académicas.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 53/XIII/1.ª (PCP): — Recomenda a adoção de medidas urgentes para a criação de vagas adicionais ao concurso de internato médico 2015.

Tempos: Grelha D.

Votações regimentais no final do debate.

REUNIÃO PLENÁRIA-2016.02.10 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Reapreciação dos Decretos:

n.º 6/XIII: — Revogação das Leis n.ºs 134/2015, de 7 de setembro, relativa ao pagamento de taxas moderadoras na interrupção voluntária da gravidez, e 136/2015, de 7 de setembro (primeira alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, sobre a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da

gravidez).

n.º 7/XIII: — Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, à vigésima terceira alteração ao Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de outubro.

Tempos: 5 minutos a cada GP.

Debate temático requerido pelo GP do PS, ao abrigo do artigo 73.º do RAR sobre «Ensino Superior e Ciência».

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2016.02.11 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Projeto de Resolução n.º 87/XIII/1.ª (PSD): — Lançamento de um Programa de Intervenção Cultural no Brasil na sequência do incêndio no Museu da Língua Portuguesa de São Paulo.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º ../XIII/1.ª (PS): — Sobre «Ordens honoríficas».

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 71/XIII/1.ª (BE): — Prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior universitário e politécnico, garantindo condições para a conclusão dos doutoramentos e corrigindo injustiças.

Projeto de Resolução n.º ../XIII/1.ª (PS): — Sobre a mesma matéria.



Projeto de Resolução n.º ..XIII/1.ª (PCP): — Sobre a mesma matéria.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 30/XIII/1.ª (PCP): — Resolução urgente dos problemas ambientais em São Pedro da Cova.

Projeto de Resolução n.º ..XIII/1.ª (PEV): — Sobre a mesma matéria.

Projeto de Resolução n.º ..XIII/1.ª (BE): — Sobre a mesma matéria.

Projeto de Resolução n.º ..XIII/1.ª (PSD): — Sobre a mesma matéria.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 38/XIII/1.ª (BE): — Recomenda ao Governo a construção da Escola Secundária da Quinta do Perú, na freguesia da Quinta do Conde, Sesimbra.

Projeto de Resolução n.º 19/XIII/1.ª (PCP): — Construção Urgente da Escola Secundária na Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra, Distrito de Setúbal.

Projeto de Resolução n.º ..XIII/1.ª (PEV): — Sobre a mesma matéria.

Projeto de Resolução n.º ..XIII/1.ª (CDS-PP): — Sobre a mesma matéria.

Petição n.º 4/XIII/1.ª (Junta de Freguesia da Quinta do Conde e Associações de Pais das Escolas da Quinta do Conde): — Solicitam a construção duma escola secundária na Quinta do Conde.

Tempos: Grelha D.



REUNIÃO PLENÁRIA-2016.02.12 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea b), do n.º 2 do artigo 224.º do RAR.

Tempos: Grelha própria.

(ordem de intervenção: PS, PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN).

Eleições para os seguintes Órgãos externos à Assembleia da República:

Conselho Superior de Defesa Nacional;

Conselho Superior de Segurança Interna;

Conselho Económico e Social (presidente);

Comissão Nacional de Eleições;

Conselho Superior de Informações;

Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos;

Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários;

Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários;

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial.

Votações regimentais no final do debate.

A próxima Conferência de Líderes reunirá no dia 10 de fevereiro de 2016, pelas 11 horas.

O Deputado Secretário da Mesa da AR

(Duarte Pacheco)



Anexo I

CALENDÁRIO — ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016

5 de fevereiro — Entrega da Proposta de Lei na Assembleia da República.

10 de fevereiro (10h00) — Apresentação na COFMA (MEF).

12 de fevereiro (14h30) — Apresentação do Orçamento da Segurança Social (MSESS).

17 de fevereiro — Data limite para os Pareceres das Comissões Parlamentares.

18 de fevereiro — COFMA – apreciação do relatório final.

22 de fevereiro (15h00) — Discussão e votação na generalidade.

23 de fevereiro (10h00/15h00) — Discussão e votação na generalidade.

24 de fevereiro a 4 de março — Apreciação na especialidade na COFMA (17 ministros).

24, 25 e 26 de fevereiro — (audições c/ ministros).

25 de fevereiro (manhã) — ANMP e ANAFRE.



29 de fevereiro, 1, 2 e 4 de março — (audições c/ ministros).

3 de março — Conselho de Finanças Públicas e Conselho Económico e Social.

4 de março (10h00) — Ministro das Finanças.

4 de março (21h00) — Prazo limite para apresentação das propostas de alteração.

7 de março (21h00) — Distribuição de guiões.

8 e 9 de março — Análise dos guiões de votação pelos Grupos Parlamentares.

9 de março — Sessão Solene (Posse do PR).

10, 14 e 15 de Março — Discussão e votação na especialidade.

16 de março (10h00) — Plenário—Encerramento e votação final global.

23 de março — COFMA aprova redação final.

— (Redução do prazo de reclamação para 1 dia).

24 de março — Envio para promulgação.